

CRIANDO POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Walkíria de Assis¹

RESUMO

Este artigo caracteriza e relata implicações da deficiência física, enfoca o direito à educação escolar e, quando necessário, o apoio educacional especializado. Ressalta a importância do professor capacitado e a utilização de tecnologias assistivas. Pretende contribuir com a prática dos educadores no sentido de oferecer informações básicas e apontar algumas soluções que auxiliam nas respostas às necessidades educacionais especiais de alunos que apresentam sequelas, principalmente de natureza motora.

Palavras-chave: deficiência física, educação; necessidades especiais; tecnologias assistivas.

CREATING POSSIBILITIES TO THE EDUCATION OF THE PHYSICALLY DISABLED

ABSTRAT

This article characterizes and relates the implications on physical impairments, is focused at the right to scholarship education and, when necessary, on specialized educational staff. Also, highlights the importance of the expert teacher and at the usage of assistive technologies. It intends to contribute to the teachers practice offering basic information and pointing some solutions that could help on responses to educational special needs of those students who present, principally, motor impairment.

Keywords: physical impairment; educational special needs; assistive technologies.

¹ Pedagoga especializada na área da Deficiência Física, Mestre em Educação Especial pela FEUSP, Professora de cursos de Especialização na FACCAMP, na Gama Filho em São Paulo e no Centro Universitário Padre Anchieta em Jundiaí; Consultora de Prefeituras e ONGs na área da Educação Especial/Educação Inclusiva.

Há várias definições sobre deficiência física encontradas em textos legais, na literatura médica e/ou terapêutica. Neste artigo, que pretende um enfoque pedagógico, destaca-se a definição encontrada no documento *Sala de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado*, por ser uma publicação destinada a gestores e educadores dos sistemas educacionais e organizada por um órgão federal, portanto, tem abrangência em todo território brasileiro.

A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida. (MEC/SEESP, 2006, p.28).

Considerando a definição acima, é possível dizer que o grupo composto por pessoas com deficiência física é amplo, bastante heterogêneo - pode inclusive abarcar as doenças crônicas que causam limitação - e demonstra necessidades singulares para atuar tanto em seu ambiente social quanto no educacional.

Assim sendo, é oportuno destacar as deficiências físicas, comumente encontradas, que podem ser decorrentes de fatores, como:

- Neurológicos: paralisia cerebral; esclerose múltipla; poliomielite; trauma crânio-encefálico e lesões medulares;
- Neuromusculares: lesões em nervos periféricos; miopatias;
- Ortopédicos: doenças reumáticas; imperfeições ósseas; amputações e sequelas de lesões osteomusculares;
- Malformações: mielomeningocele; malformações em membros;
- Doenças crônicas: problemas cardíacos, renais, respiratórios; câncer; AIDS.

É igualmente importante destacar que a deficiência física advém de causa hereditária (quando procede de doença transmitida por genes), congênita (que já nasce com o indivíduo) ou adquirida (ocorre em qualquer época após o nascimento) e pode ser identificada como:

- Temporária – quando tratada, permite que o indivíduo volte às suas condições anteriores;

- Recuperável – quando permite melhora diante do tratamento ou suplência por outras áreas não atingidas;
- Definitiva – quando apesar do tratamento, o indivíduo não apresenta possibilidade de cura, substituição ou suplência;
- Compensável – é a que permite melhora por substituição de órgãos. Por exemplo, a amputação compensável pelo uso da prótese. (MEC/SEESP, 2006, p.19);

Muitas causas deixam como sequelas: plegia (quando há paralisia completa) e paresia (paralisia incompleta); dependendo do número e da forma como os membros são afetados, assim estão classificadas as paralisias:

- Monoplegia/paresia: um só membro afetado;
- Hemiplegia/paresia: quando está afetado um lado do corpo (membro superior e membro inferior do mesmo lado) Pode ser direita ou esquerda;
- Triplegia/paresia: quando três membros são afetados;
- Paraplegia/paresia: quando são afetados os membros inferiores;
- Diplegia/paresia: quando atinge todos os membros e, normalmente, os membros inferiores estão mais comprometidos;
- Tetraplegia/paresia ou Quadriplegia/paresia: quando os quatro membros encontram-se afetados.

Além das paralisias, algumas vezes as pessoas têm alteração de sensibilidade à dor, ao tato, à temperatura e à pressão. Também podem ter deformidades ou ausência de um ou mais membros e, falta de vitalidade e/ou coordenação motora.

De acordo com o local e a extensão da lesão, do grau de comprometimento físico e das alterações associadas (as sensoriais, por exemplo), a pessoa pode manifestar uma gama variada de complicações em aspectos como propriocepção², motricidade, comunicação e, conseqüentemente, em sua autonomia.

Nesse contexto, o aluno com deficiência física é aquele que, por motivo de alterações musculares, ortopédicas, articulares e/ou neurológicas, está sujeito a uma série de entraves em seu processo de desenvolvimento, originando as necessidades educacionais especiais. É fundamental compreender que o processo de desenvolvimento desse aluno não pode ser

² Diz respeito à consciência ou percepção que a pessoa tem de seu próprio corpo e da posição relativa de suas partes a cada instante de tempo. O sentido da propriocepção, junto da sensação tátil, é também importante para detectar a forma, a maciez ou dureza dos objetos.

considerado somente sob o ponto de vista de suas especificidades, mas, sim, abarcar os vários fatores envolvidos em interação com o ambiente.

ACESSO À EDUCAÇÃO

A escolarização é fator preponderante na formação de todas as pessoas que vivem em uma sociedade letrada, por isso a legislação brasileira garante *igualdade de condições para o acesso e permanência na escola* (artigo 3º, inciso I da LDBEN nº 9394/96) e *atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino* (artigo 4º, inciso III da LDBEN nº 9394/96). Ainda, de acordo com o § 2º do artigo 58 da mesma legislação, esse atendimento educacional *será feito em classes, escolas ou serviços especializados sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular*. Certas intervenções cirúrgicas e doenças (crônicas ou não) levam a condições que limitam a capacidade física do aluno e implicam períodos de internação ou de repouso, com duração variável. Essa situação acarreta a ruptura do processo escolar formal, nesse caso, o atendimento educacional especializado vai ocorrer fora do espaço escolar e a frequência do aluno será certificada pelo professor que o atender tanto na classe hospitalar³ como no ambiente domiciliar⁴.

Portanto, independente de suas condições físicas e de saúde, de suas dificuldades e necessidades especiais, o aluno tem assegurado o seu direito à educação escolar.

Para que ocorra o atendimento educacional adequado, faz-se necessário que o professor – responsável pelo conhecimento e pelas intervenções pedagógicas – detenha um saber específico, essencial para a sua atuação, e seja um profissional capacitado para:

- assegurar a estreita relação entre o cognitivo e o afetivo no processo de ensino e no de aprendizagem;
- obter a participação da família no processo de desenvolvimento educacional;
- elaborar respostas apropriadas às diferentes e imprevisíveis situações educativas;

³ Serviço destinado a prover, mediante atendimento especializado, a educação escolar de alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar ou atendimento ambulatorial.

⁴ Serviço destinado a viabilizar, mediante atendimento especializado, a educação escolar de alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em domicílio. (Parecer CNE/CNB n.17/2001, MEC/SEESP, 2004, p. 342).

- identificar tipos de deficiência física e as possíveis necessidades especiais;
- atender às necessidades educacionais especiais decorrentes de deficiência de natureza física;
- trabalhar com os profissionais da equipe pedagógica e da equipe responsável pela habilitação/reabilitação de seu aluno.

Além disso, como enfoca Walkíria de Assis (2009, p. 102)

A profissão docente impõe que o professor nunca deixe de estudar, de aprender, já que a prática educativa exige ressignificação de saberes e adaptação a novas situações; por conseguinte, pressupõe um processo constante de aprendizagem pessoal e profissional e aquisição de competências técnicas tanto no campo teórico como no prático.

A escola e os serviços de apoio especializado devem procurar meios de eliminar as barreiras para a aprendizagem (as atitudinais, as pedagógicas e as arquitetônicas), além de proporcionar o acolhimento de alunos com deficiência física e, desse modo, contribuir para a promoção do desenvolvimento educacional.

Então, seguindo o raciocínio de possibilitar ao aluno com deficiência física uma vida mais independente, mais autônoma possível, com participação efetiva nas atividades e no seu contexto sócioescolar, é preciso disponibilizar o atendimento de profissionais competentes e os recursos e serviços⁵ adequados.

ACESSO PELAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

Tecnologia Assistiva (TA) é a tradução da terminologia, em inglês, *assistive technology*, que objetiva proporcionar à pessoa maior independência, qualidade de vida e inclusão social/escolar.

De acordo com o documento *Sala de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado*, tecnologia assistiva é assim definida:

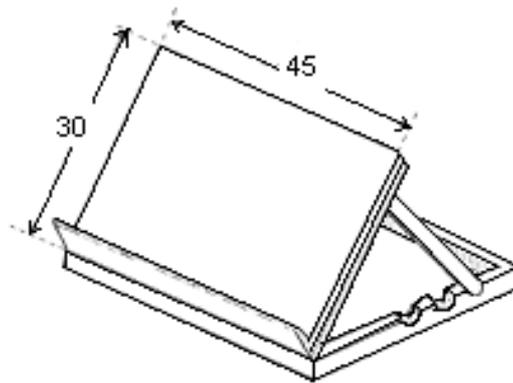
[...] uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e,

⁵ Os serviços podem ser: as classes especiais, as salas de recursos, o ensino itinerante, as instituições e escolas especiais, os centros de apoio especializado.

consequentemente, promover vida independente e inclusão.
(MEC/SEESP, 2006, p. 18).

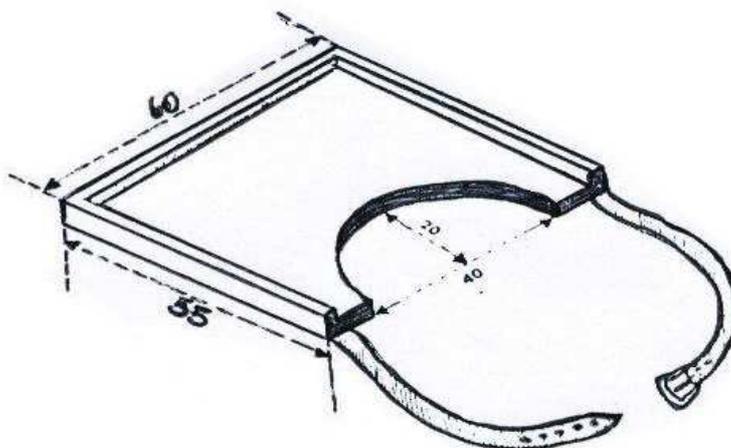
Ajudas Técnicas é um outro termo encontrado, na legislação brasileira, para designar os recursos que favorecem a funcionalidade das pessoas com deficiência ou com incapacidades provenientes do envelhecimento.

Na escola devem ser disponibilizados os recursos de baixa tecnologia (os que podem ser confeccionados artesanalmente com materiais diversos) e os de tecnologia avançada (computadores, softwares específicos, etc).



Prancha de madeira com altura regulável e com suporte para aparar livros, cadernos, lápis. Facilita a visualização da atividade, ajudando na melhora da postura do aluno.

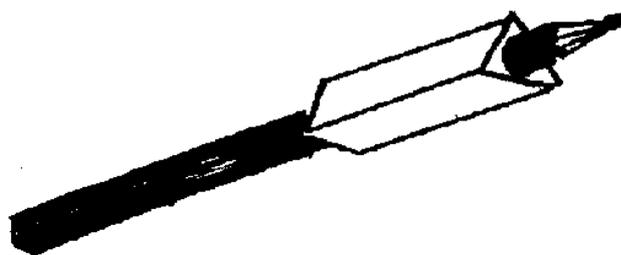
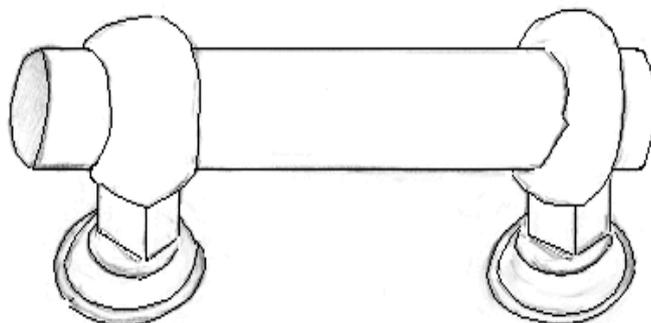
Fonte: Livro: A educação do deficiente físico, p. 41.



Bandeja com tampo de fórmica recortado, provida de bordas com 2 cm e alças de couro com fivelas. Pode ser encaixada em cadeira de rodas ou cadeira com braços.

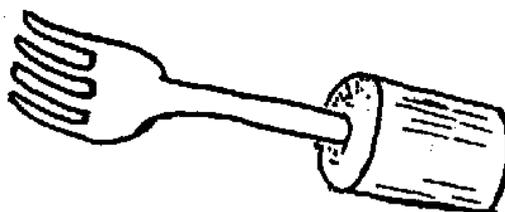
Fonte: Livro “A educação do deficiente físico”, p. 43.

Apoio a ser fixado sobre a mesa (carteira) para melhorar o posicionamento do membro superior e auxiliar na postura. Confeccionado com pedaço de cabo de vassoura, cabide plástico com ventosas e grudado com “durepóxi”.



Adaptações para lápis ou giz, são encontradas em papelerias ou confeccionadas com materiais diversos de sucata, tais como: tubos de borracha, taquara, pedaço de cabo de vassoura, argila etc..

Fonte : Livro “A educação do deficiente físico”, p. 40.



Adaptações para facilitar a preensão e utilização de talheres. Confeccionadas de diversos materiais: espuma, madeira, “durepóxi” ou alumínio, dependendo da necessidade imposta pela deficiência.

Fonte: Livro: “A educação do deficiente físico”, p. 39.

Vale a pena ressaltar que o aluno com deficiência física pode precisar de ajuda do adulto para realizar atividades (como mostra a foto), interagir de maneira apropriada com outras pessoas, com objetos e em diferentes situações.



Fonte: Foto de uma sala de aula da Instituição Educacional AHIMSA- São Paulo – SP

A postura correta (pés apoiados, procurar a simetria de membros superiores e cabeça) deve ser respeitada pois permite pontos de apoio e estabilidade, tão importantes para a execução de movimentos, além de produzir uma melhora da atenção, da concentração e, assim, conseguir um melhor desempenho em todas as atividades.

Então, para facilitar a manipulação ou exploração de objetos, acompanhar os acontecimentos ao seu redor é importante que o aluno esteja bem posicionado, principalmente os que apresentam graves dificuldades motoras. Uma sugestão é posicionar a criança (como mostra a foto abaixo) deitada de lado sobre um colchão (maca ou colchonete) e colocar um suporte à sua frente, onde estão dependurados vários objetos para serem escolhidos com um gesto ou um olhar bem direcionado.



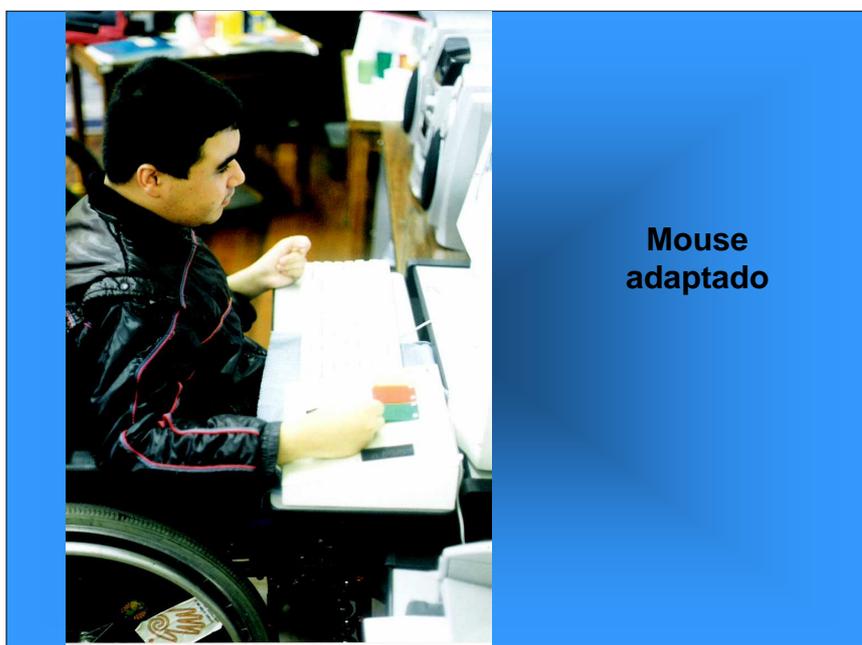
Fonte: Foto tirada na Escola Jatý Maternal e Jardim – São Paulo - SP

Outra sugestão, sentar a criança em uma cadeira adaptada, com bandeja de tampo de fórmica recortado, o que facilita o bom posicionamento dos braços e possibilita que a criança realize a atividade o mais independente possível.



Fonte: Foto tirada na Escola Jatý Maternal e Jardim – São Paulo - SP

Para todos os casos de deficiência física é aconselhável o uso do computador. As pessoas que têm dificuldade de comunicação (oral ou escrita) vão utilizá-lo como ferramenta para dar respostas, expressar ideias e sentimentos. Entretanto, o uso do computador depende de habilidades motoras, quando elas estão prejudicadas, há necessidade de recursos de acessibilidade, como exemplos: uso de uma colméia (placa de acrílico que permite separar as teclas para o aluno acionar somente a tecla desejada), teclados com funções e tamanhos diferentes, mouse especial (como o utilizado na foto abaixo) e outros.



Mouse adaptado

Fonte: Foto da sala de aula da EE Marechal Floriano – São Paulo – SP

Não se deve esquecer que os recursos utilizados precisam estar de acordo com as necessidades específicas, o nível de escolaridade e a faixa etária de cada aluno.

Finalizando, criar possibilidades para a educação da pessoa com deficiência física significa atuar, de maneira competente, principalmente no sentido de:

- garantir a eliminação de barreiras para a aprendizagem;
- atender às necessidades educacionais especiais;
- promover os recursos e serviços apropriados;
- construir um trabalho de parceria com a família, escola e outras instituições.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Walkíria de. *Classe hospitalar: um olhar pedagógico singular*. São Paulo: Phorte Editora, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física*. Brasília: MEC/SEESP, 2006. 67 p.

_____. *Atendimento educacional especializado: deficiência física*. Brasília: MEC/SEED/SEESP, 2007. 130 p.

_____. Ministério da Educação. *Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações e marcos legais*. Organização e coordenação Marlene de Oliveira Gotti et. al. Brasília, DF: MEC, SEESP, 2004.

_____. Ministério da Educação. *Sala de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado*. Secretaria de Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 36 p.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *A educação do deficiente físico*. São Paulo, SE/CENP, 1987.